



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

**REQUERIMENTO Nº                   , DE 2014**  
**(Do Sr. Arnaldo Jordy)**

*Requer a criação de um grupo de membros da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para averiguar in loco, via auditoria e diligências com o auxílio do Tribunal de Contas da União, as denúncias de irregularidades no cadastro e na distribuição das carteiras de pescador artesanal e no pagamento do seguro-defeso superintendências da pesca dos Estados do Pará, Acre e Maranhão.*

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, c/c arts 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja criado um grupo de membros da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para averiguar in loco, via auditoria e diligências com o auxílio do Tribunal de Contas da União, as denúncias de irregularidades no cadastro e na distribuição das carteiras de pescador artesanal e no pagamento do seguro-defeso superintendências da pesca dos Estados do Pará, Acre e Maranhão.

**JUSTIFICATIVA**

O Seguro Defeso, instituído para garantir a manutenção alimentar das famílias ribeirinhas que aferem renda através da pesca artesanal e ficam impedidas de exercer sua atividade econômica durante o período de reprodução dos peixes, tem sido alvo de constantes denúncias de irregularidades. A última, e tão grave quanto as anteriores, foi publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 23 de novembro de 2014, com o título: *Pesca é suspeita de uso eleitoral de carteirinhas*.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

A denúncia aponta que o número de carteirinhas de pescador emitidas pelo Ministério da Pesca através das Superintendências nos Estados do Acre e Maranhão, durante o período eleitoral, supera o dos demais meses. Mas não se resume a isso.

No último mês para o início da campanha eleitoral, o Ministério da Pesca alterou norma interna e permitiu que as carteiras de pescador, antes confeccionadas pela Casa da Moeda do Brasil, fossem emitidas pelas Superintendências de todo o País, em papel comum e sem nenhum requisito de segurança na impressão. A carteira – “o registro de pescador artesanal” – permite o acesso ao benefício salarial pago por cinco meses no período que compreende à piracema, conferindo direito também a linhas de crédito bancário e aposentadoria especial.

A Polícia Federal e o Ministério Público no Acre já inquiriram eleitores que afirmaram o recebimento cinco dias antes das eleições, a carteira de pescador em troca de apoio político, em sua maioria, assentados da reforma agrária. O inquérito está sob sigilo.

Ao todo são 14 inquéritos instaurados pela PF em vários Estados com o objetivo de apurar as irregularidades no pagamento do seguro-defeso, no cadastro de pescador e na distribuição das carteiras.

Diante do exposto, verifica-se a relevância dos fatos que apontam indício de crimes graves, inclusive eleitorais. Assim, solicito aos nobres pares que aprovem este requerimento a fim de que seja constituído um grupo de membros desta Comissão para realizarem junto ao Tribunal de Contas da União, auditoria nas superintendências da pesca dos Estados do Pará, Acre e Maranhão com o objetivo de averiguar as denúncias de irregularidades no cadastro e na distribuição das carteiras de pescador artesanal e no pagamento do seguro-defeso.

Câmara dos Deputados,                      de dezembro de 2014.

Deputado **Arnaldo Jordy**  
PPS/PA